VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

REPRESSÃO "SUBVERSÃO" E "SEDUÇÃO": CULTURAS ESCOLARES, CURRÍCULOS E ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DOCENTE NA DITADURA MILITAR

Ramon de Alcântara Aleixo*

Thiago Silveira de Melo**

Adentrar as tramas de Mnemósine[1] nas representações das histórias docentes ao longo das refigurações advindas com o golpe civil-militar de 1964 não pode se fazer sem que atentemos às "ordens" do discurso que tornam "possíveis" e, por conseguinte, "dizíveis" as tramas que procuramos configurar no palimpsesto a ser (re) escrito.

Essas "memórias clandestinas" e, por conseguinte, proibidas durante longo período de escrituração da história da educação emergem, 40 anos depois, rumo às esferas discursivas que aqui procuramos "dar a ler".

Todavia, tal empreitada epistemológica não pode ser configurada sem que antes ressignifiquemos o próprio campo intelectual em que estamos imersos, atentando

* Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPB – amon_alcantara@hotmail.com

** Programa de Pós-Graduação em História UFCG – thiagopbrn@hotmail.com

1 Na mitologia grega é a filha de Urano e Gaia, representando, assim, à memória. Esposa de Zeus é a mãe das nove musas do Monte Parnaso (Pesavento, 2003).

ISBN: 978-85-98711-10-2

às rupturas que inscrevem nosso mètier no bojo das transformações advindas com a então "crise de paradigmas" (Pesavento, 2003).

Pensar o que **fabrica** (Certeau, 2007) o/a historiador/a da educação quando **faz** história requer uma aproximação com o aporte conceitual disseminado por Foucault (1996) na dessacralização dos discursos que aqui procuramos ressignificar.

Entendendo os discursos como objetos de manifestações do desejo e poder, nos unimos a Foucault na "desconstrução" dessa ordem homogênea que perpassa as memórias da educação campinense ao longo da ditadura militar, refigurando a polifonia de vozes que ecoam por entre as paredes do Gigantão da Prata[2] na busca pelos seus "lugares na/da história".

Nesse ínterim, nos assentamos na compreensão dos espaços escolares, com atenção especial ao "Colégio Estadual da Prata", como *lugares* de colonização dos corpos e mentes "dissonantes" aos olhos do olhar panóptico intensificado a partir de abril de 1964 (Foucault, 2005); acreditando, tal como evidencia Frago (2001), que o "salto qualitativo" da transformação do espaço em *lugar* reside na sua articulação enquanto esfera constitutiva de sujeitos de "*querer e poder*" que tomam para si a visibilidade de lugares localizáveis (Certeau, 1994).

Destarte, a baliza teórica que propomos aqui entretecer nosso percurso investigativo caminha em meio aos "desvios" das normas impostas por esse lugar "localizável", apontando, assim, para a compreensão das salas de aula do Colégio Estadual da Prata como *heterotopias* (Foucault, 2001) de "subversão" da ordem prefigurada pelas doutrinas de segurança nacional, mediante a análise dos **usos** que as docentes contempladas nesse estudo faziam face ao exposto pela ordem institucional.

Apropriando-nos dos discursos docentes enquanto artefatos representativos, na esteira aberta por Chartier (1990; 2002), as páginas que seguem configuram múltiplas narrativas que operacionalizadas pela metodologia das fontes orais (Freitas, 2006) tornam "dizíveis" as esferas confluentes do *público* e do *privado* ao longo dos vintes

---

[2] Forma como a instituição em análise, Colégio Estadual Dr. Elpídeo de Almeida (Estadual da Prata), é nomeada nas culturas educacionais da cidade de Campina Grande, levando em consideração a sua extensão espacial.

ISBN: 978-85-98711-10-2

anos que procuramos cartografar através das sedições espaciais "contadas", "cantadas" e "(des) encantadas" ao longo das páginas que seguem.

Dessa feita, convidamos o/a presente leitor/a a refigurar o presente texto, acreditando que a compreensão das memórias das professoras do Colégio Estadual da Prata possam refigurar a nossa própria existência; mediando, senão um conhecimento mais apurado de nós, ao menos uma imersão nas tramas que inscrevem e circunscrevem a história da educação campinense na ditadura militar.

"E ABREM-SE AS GAVETAS DA ESCOLA": RELAÇÕES DE PODER E CULTURAS ESCOLARES NAS REPRESENTAÇÕES DOCENTES NA DITADURA MILITAR

> "[...] A roda da saia mulata/ Não quer mais rodar nãos senhor/ Não posso fazer serenata/ A roda de samba acabou.../ A gente toma a iniciativa/ Viola na rua a cantar/ Mas eis que chega a roda viva/ E carrega a viola prá lá [...]"
>
> Chico Buarque de Holanda, Roda Viva, 1968.

Ruas desertas, olhares atentos ao entrar em casa ou dobrar uma esquina, "*O Capital*" debaixo do braço, carregado como arma aos olhos do panoptismo intensificado em dezembro de 1968[3], vozes censuradas, medo, silêncio! Tal como enunciado pela canção que abre o presente tópico, o advento das forças vorazes do regime civil-militar impetrado em abril de 1964 confluiu para os interstícios da vida *pública* e *privada* uma gama de atuações, cujo caráter conservador inerente aos corolários civis-militares que se assentava o regime em voga acabou por refigurar trajetórias e memórias "desviantes" que aqui buscamos "dar a ler".

Nos horizontes de espera a serem trabalhadas ao longo do presente estudo, nos lançamos às representações das memórias de oito professoras que no âmago das lacerantes transformações instituídas pelo regime tiveram de certa forma alteradas

[3] Ao longo do período correspondente a 1966 e 1971 a cultura política paraibana configura-se pelas dinâmicas instituídas pelo bipartidarismo (Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB) na configuração dos projetos modernizantes desenvolvidos pelo governo João Agripino Maia (CITTADINO, 2006); bem como pela segunda onda de cassações aos "políticos profissionais" (ALVES, 2005) divergentes das "orientações" advindas do planalto. Na esfera municipal, em virtude da instituição do AI-5 temos a cassação do então prefeito eleito pelo MDB, Ronaldo Cunha Lima, em 14 de março de 1969 (DIÁRIO DA BORBOREMA, 19 de março de 1969. Fonte: Acervo periódico da Biblioteca do Curso de Comunicação Social da UEPB, 2010).

ISBN: 978-85-98711-10-2

muitas de suas experiências, cujas escritas de si hoje procuramos deslindar nas tramas de Mnemósine.

Por entre as cartografias das juventudes campinenses ao longo das décadas de 1960-1970, muitas são as encenações que apontam às refigurações instituídas nos cotidianos daquelas que, se não utilizaram das táticas de guerrilha e assaltos em voga no recrudescimento do regime, jogaram no campo do outro, subvertendo a ordem instituinte nos mais diversos espaços de colonização configurados para elas.

As representações das memórias de quatro docentes[4] do Colégio Estadual da Prata constituem a baliza que nos guia aos caminhos e atalhos dessas memórias "clandestinas", cujas teias que as urdem procuramos tecer ao longo das linhas que seguem.

Memórias de uma efervescência cultural e política que "infestava" as ruas campinenses de "jovens subversivos" na contestação à ordem figurada, através das mudanças comportamentais configuradas pela "revolução dos costumes" em gestação (Ventura, 1988), ou mediante a atuação em programas de alfabetização popular, como os que aconteciam no bairro do Centenário em Campina Grande através da Campanha de Alfabetização Popular da Paraíba - CEPLAR[5] (Scocuglia, 2006).

Contestar e "subverter", via afrontamento dos costumes de uma sociedade conservadora como a nossa, parecia ser o verbo do dia para jovens que escandalizaram o tradicionalismo[6] de suas famílias ao se vestirem *contraculturalmente* (Ventura, 1988) contra as hostes do moralismo civil intensificado pelo regime, como nos relata Martha Lúcia Ribeiro Araújo:

---

[4] Dentre as docentes entrevistadas até o presente momento destacamos as professoras de História: Martha Lúcia Ribeiro Araújo, Leonília Amorim, Josefa Gomes de Almeida e Silva e Eliete de Queiroz Gurjão. A escolha destas professoras incide nos laços de sociabilidade tecidos entre estas ao passo da constituição dos círculos de leitura e discussão das obras marxistas nas décadas de 1960 e 1970.

[5] A Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) atuou no período 1961-64 com seu pioneirismo na utilização do "Método" Paulo Freire. Alfabetizava aproximadamente quatro mil pessoas quando foi extinta pelo golpe militar. Em termos institucionais, a CEPLAR nasceu como resultado da articulação entre o governo estadual e estudantes universitários, no final de 1961. O propósito inicial era o de realizar um trabalho social abrangente, que integrasse desde noções de higiene e sanitarismo até a alfabetização de crianças, jovens e adultos nos bairros mais pobres de Campina Grande e João Pessoa– PB (SCOCCUGLIA, 2006).

[6] O conceito de "tradição" que nos apropriamos refere-se à estruturação das "elites" algodoeiras e comerciais campinenses por entre os ditames socioculturais e políticos em que se assenta a cidade ao longo dos da primeira metade do século XX (CAVALCANTI, s/d).

ISBN: 978-85-98711-10-2

> [...] Então eu me lembro de Campina Grande passando por isso, né? Essa questão das juventudes que começavam também naquele momento a apresentar aquele seu caráter de ser uma juventude é...de contraposição, a chamada juventude transviada. Eu mesmo [sic] usei sapato de uma cor e outro doutra. Minha mãe não queria de jeito nenhum que a gente saísse assim. Aí tinha os grupos. Os meninos se vestiam mais com essas coisas de roupa, mas usavam os sapatos. O James Dean, depois do James Dean começou todo aquele processo com o Presley e com tudo. E a gente tinha um grupo, né? Um grupo de rebeldes assim que saía e os pais ficavam preocupados e vestia-se de preto já, um pouco dessa questão [...] (MARTHA LÚCIA RIBEIRO ARAÚJO, 2010).

Todavia, o advento dos preceitos de "segurança nacional" (Alves, 2005) ressignificados pela ordem figurante acabou por adentrar os cotidianos das docentes aqui analisadas, tendo em vista os limites imprecisos que as atuações mais rotineiras configuravam aos olhos dos censores e defensores civis do golpe (Tavares e Weis, 1998). Em meio ao contexto esquizofrênico vivido pelo país em tempos de repressão os limites da vida pública e privada acabavam por se diluir em meio ao panoptismo disseminado nas redes de sociabilidade que constituíam as culturas campinenses na década de 1960.

Embora "silenciada", ou ao menos não audível aos olhos "institucionais", os cotidianos das jovens professoras aqui analisadas adentram os espaços da "ilegalidade", na medida em que destoam os preceitos de "segurança nacional" preconizados pelo regime. Conforme aponta Tavares e Weis:

> Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Pois, embora o autoritarismo procure restringir a participação autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada (TAVARES E WEIS, 1998, p. 327).

Testando os limites do "permitido" e do "proibido" as professoras do Colégio Estadual da Prata acabavam por burlar a ordem instintuinte pela "situação autoritária" (Tavares e Weis), mediante as atividades "sediciosas" que o conservadorismo político em lacerante configuração acabava por ditar aos códigos de sociabilidade vigentes.

As práticas de leituras (Chartier, 1990) circulantes nos espaços de diálogo "subversivos" acabam por constituir importante artefato a ser apropriado pelo/a

ISBN: 978-85-98711-10-2

historiador/a da educação na imersão das "práticas materiais" que dão a ler a relação instituinte por Chartier (1990; 2002) entre o estruturalismo (ou pós-estruturalismo) e a filosofia do sujeito.

Se as modalidades de leituras não estão atadas aos mecanismos de coerção estatal, tampouco podemos atribuir a este/a leitor/a possibilidades de refiguração das obras "subversivas" sem levar em consideração a proposta assente no arcabouço teórico das representações (Chartier, 1990; 2002). Ou seja, os conflitos e tensões estabelecidos entre a "vontade prescritiva" dos responsáveis pelos textos e as leituras, sempre rebeldes e fugidias dos leitores, que devem ser analisados pelo/a pesquisador/a no jogo dessas professoras com o tempo da ordem "institucional" configurada pelos currículos escolares ao longo da ditadura militar.

Nesse ínterim, as atuações dos círculos de leitura das docentes aqui analisadas nos convidam a pensar as "sedições" configuradas por estas mulheres por entre o *lugar* de *poder* e *colonização* instituído pelos currículos "oficiais". Tornava-se comum se encontrar nas casas "menos visadas", tal como afirma uma de nossas entrevistadas, para ler, debater os textos "proibidos", refigurando, de certo, suas próprias experiências enquanto meninas, mulheres, filhas, mães e docentes (Ricoeur, 2005). Como elucida Leonília Amorim:

> Havia encontros em casas e como era mais perigoso quem já sabia as casas visadas. Às vezes a gente dizia que ia preparar aula na universidade, atender aluno e lá a gente discutia texto. Aí um grupo: Martha, Eliete, Martha Lúcia, os professores de Sociologia. A gente formou um grupo, isso sim, né, pra estudar. Porque se a gente não estudasse como é que a gente ia ficar aceitando só tudo que vinha lá do governo através dos estudos de OSPB e EPB? Então, a gente se reunia sim pra discutir dentro de uma linha crítica, pra poder passar ou não pra o aluno; mas a gente tinha que saber a parte crítica, né? (LEONÍLIA AMORIM, 2009).

Face ao exposto, as atividades "sediciosas" balizadas pelas professoras do Colégio Estadual da Prata não ficaram imunes à repressão vociferante pós-AI-5; porém as páginas que seguem nos possibilitam entretecer as redes de saber-poder (Foucault, 2005) e "ressignificação" (Certeau, 1994) configuradas pelos usos que tais mulheres faziam da ordem "institucional".

ISBN: 978-85-98711-10-2

Apoiando-se nas categorias de análise aberta pela senda da História da Educação adentramos as salas de aula do Colégio Estadual da Prata, deslindando seus espaços mais heterotópicos (Foucault, 2001) e "subversivos" à ordem ditada em abril de 1964.

Se as juventudes de 1960-1970 foram "tiradas" das ruas campinenses, "resta-nos" adentrar esses "espaços", transformados em *lugares* (Frago, 2001) pela razão burocrática na condensação dos ditames políticos e sociais; mas "invertidos" nos processos de uso que essas "culturas escolares" (Souza; Valdemarin,2005) dão a ler ao longo do presente palimpsesto.

REPRESSÃO, "SUBVERSÃO" E SEDUÇÃO: CULTURAS ESCOLARES, CURRÍCULOS E ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DOCENTE "NA" E "DA" DITADURA MILITAR

> Os amores na mente/ As flores no chão/ A certeza na frente/ A história na mão/ Caminhando e cantando/ E seguindo a canção/ Aprendendo e ensinando/ uma nova lição.
>
> Geraldo Vandré, "Para não dizer que não falei das flores", 1968.

Adentrar os espaços de atuação docente no Colégio Estadual da Prata ao longo do regime militar não pode se fazer sem que atentemos às leituras que, segundo Frago (2001), os espaços dão a ler por entre os usos que se fazem deles nas encenações cotidianas das culturas escolares em debate e embate.

Dessa forma, a apropriação do arcabouço conceitual e metodológico advindo com a chamada "Nova História Cultural" parece fulcral na medida em que nos evidencia categorias de suma importância na análise das "culturas escolares" em interconexão com os espaços de "sedição" e "sedução" docente.

Nesse ínterim, faz-se importante compreender os espaços constituintes do Colégio Estadual da Prata como produtores e produzidos por culturas próprias que ressignificam os códigos de sociabilidade extramuros escolares; configurando, assim, "culturas escolares" próprias nos espaços de uso e ressignificação da ordem "institucional".

ISBN: 978-85-98711-10-2

Normas" e "práticas" que evidenciam nos relatos de nossas entrevistadas a "moralização" dos costumes (Ventura, 1988) através do civismo[7] em constante refiguração, mediante as festas, desfiles cívicos do sete de setembro, dentre outros aspectos constituintes das culturas escolares da presente instituição ao longo dos chamados "anos de chumbo" (Tavares e Weis, 1998).

Com direito à inspeção e visita "amistosa" do comandante do II Batalhão do Exército, o Major Câmara, o Centro Cívico do Colégio Estadual da Prata organizava uma série de festejos com intuito claro de promover os "bons costumes" apregoados pelos corolários da chamada "revolução", como ficou conhecido o golpe que instituiu o autoritarismo por pouco mais de vinte anos em nossa país:

> [...] Porque tinha o Centro Cívico também. Inclusive, lá no Estadual [da Prata] até o comandante ia assistir as festinhas lá do Centro Cívico, não sabe. Que era de Moral e Cívica. Os professores faziam assim...determinadas palestras é...dança, essa coisa. Ele saia do quartel, Major Câmara e ia assistir no Colégio Estadual. Foi uma pessoa que passou muito tempo aqui. Deixou uma marca muito forte, não é? Entre professores, entre estudantes...Então, o setor de Moral e Cívica. De moralização da pessoa particular dessa cadeira de Moral e Cívica. Ela fazia também apresentação teatral. As datas eram também comemoradas, não é? Então isso havia no Colégio Estadual. Havia a programação feita por essa cadeira pra louvar o regime. Era uma programação de louvação [...]. De forma indireta havia oposição. Porque a pessoa tava [sic] doente. Não ia assistir, não é? Então são diversas formas de se contestar, de protestar qualquer coisa (JOSEFA GOMES DE ALMEIDA E SILVA, 2010).

Todavia, se a colonização de espaços instituídos em *lugares* pelo poder "institucional" aponta para os dispositivos de reordenamento e silenciamento das atuações docentes em questão, faz-se necessário atentar os procedimentos de uso de tais *lugares* por entre a ressignificação configurada pelos consumos ativos, nos jogos com o tempo e desprovidos de um *lugar próprio* (Certeau, 1994).

Atuando no campo do "outro institucionalizado" mediante o panoptismo que o *lugar* confere ao tempo, as docentes aqui analisadas encontraram nos usos sob-

[7] A presença nos currículos nacionais da disciplina denominada "Educação Moral e Cívica – EMC" resultou da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024 aprovada em 1961. Destarte, a nova configuração impingida à referida disciplina evidencia-se de forma sistematizada a partir das estratégias referendadas pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), na elaboração do anteprojeto da criação da referida disciplina aprovada pelo Decreto-lei 869, de dezembro de 1969, ápice da repressão sob a égide do AI-5 (Fonseca, 2003).

ISBN: 978-85-98711-10-2

repentícios dos "azares" do tempo a refiguração do seu saber-fazer, bricolando, reorganizando e libertando-se das amarras panópticas por entre as linhas dos usos de seus discursos. Conforme aponta Certeau (1994):

> Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos "consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1994, p. 41).

Nesse entremeio, muitas das professoras aqui analisadas ressignificaram espaços de colonização, reinventando os cotidianos escolares através dos usos, sempre ativos e "subversivos", que faziam nas caças no terreno do *lugar próprio*.

Poderíamos falar, apropriando-nos do pensamento de Foucault (2001), que tais docentes configuraram a tessitura de espaços de "heterotopia", tendo em vista a "subversão" instituída por suas "práticas" no bojo da burocratização ressignificada pelos ideários do regime.

Constituídas enquanto espaços "localizáveis", embora ocultadas da míope visão dos censores do regime, as atuações docentes aqui analisadas apontam para a "inversão", mediante contestação da ordem dada, representada pelos espaços de heterotopia.

Torna-se necessário analisar as "práticas" de leitura e suas interfaces por entre as "sedições" expressas pelas atuações docentes que se quer dar a ler ao longo dessas linhas. Ou seja, inter-relacionar as "formas materiais" com as "práticas habituais" (Chartier; 2002) no desvelo das linhas que se entrecruzam por entre tais discursos.

Dentre tais discursos, destacamos a fala da professora de História, Josefa Gomes de Almeida e Silva, no que tange à apropriação dos espaços de atuação docente no Colégio Estadual da Prata, mediante as práticas de leitura orais que entoadas com um caráter enfático refiguravam as "racionalizações" ditadas pelos currículos escolares em análise:

> O professor de História ele sempre tem...Ele tinha sempre um momento pra...Você não explica uma revolução francesa sem tocar

ISBN: 978-85-98711-10-2

> nas faces, nas conquistas e nas derrotas. Então, o mundo contemporâneo se você...você fala na idade média você vai ter que mostrar a estrutura fundiária, o peso dessa estrutura pra toda a sociedade, não é? Então, ela não precisa empregar a palavra "marxista", "modo de produção" pra dizer isso...Você diz com palavras simples quem era que tinha e quem não tinha. E como quem não tinha suportava aquele peso da ganância do lucro ao próprio nascimento da burguesia [...]. As coisas não são assim dentro de uma prensa que ninguém saiba. Principalmente a palavra! [ênfase]. A palavra vai em todo lugar. Precisa você dar uma entonação. Ela tem recepção. Então, uma boa entonação tem uma recepção que ninguém avalia o peso. É com a palavra. É com a voz que o homem tem que viver e conviver com as contradições e aplaudir os triunfos, não é [...]. A fala é o instrumento ideal para nossa libertação e pra nossa conscientização que afinal de contas é a libertação (JOSEFA GOMES DE ALMEIDA E SILVA, 2010).

Ao longo das falas aqui entretecidas, polifonias de vozes ecoam por entre as linhas dadas a ler! São práticas de (re) escrita de si (Gomes, 2004) que refiguram as experiências docentes por entre as tramas aqui configuradas; evidenciando, ou melhor dizendo, nos seduzindo rumo às suas "memórias clandestinas" (Pollak, 1989) nas ações "sediciosas" reinventadas nas salas do "Gigantão da Prata".

Vozes que circunscrevem os espaços de atuação docente ao longo do regime militar em sua íntima conexão com as "heterotopias" (Foucault, 2001) que subvertem salas de aula em espaços de "devaneio" e vivificações das memórias do "ontem" e do "hoje".

No âmago das incursões aqui ensaiadas, somos seduzidos rumo aos "porões da memória" (Pollak, 1989) educacional campinense, (re) descobrindo, (des) construindo, (re) ordenando "práticas", "representações" e "sedições" que entrelaçam o presente palimpsesto na refiguração de nossa própria compreensão acerca de um período tão fecundo em análises no âmbito da história da educação, cujos primeiro passos, o presente artigo visa ofertar ao/a presente leitor/a para que (re) escreva sob tal palimpsesto a polifonia de vozes ainda por vir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964/1984). Bauru: EDUSC, 2005.

ISBN: 978-85-98711-10-2

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande De(fl)vorada por forasteiros: passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Imagens multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande: Secretaria Municipal de Educação, s/d.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Michel de Certeau. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A operação histórica. In: A escrita da História. Petrópolis: Vozes, 2007.

CITTADINO, Monique. Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Roger Chartier; Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Estética: literatura e pintura, música e cinema. In: Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 3º Vol.

_____. Os corpos dóceis. In: Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Arqueologia do saber. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRAGO, Antonio Vinão. Currículo, espaço e subjetividade. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. História x História Oral x Memória. In: História Oral. Possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ISBN: 978-85-98711-10-2

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n 3, 1989.

SOUZA; Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAVARES, Maria Hermínia Leite; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano de oposição de classe média ao regime militar. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. (orgs.) NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lília Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.